

FAPEC

2024

II PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Horário: **08 horas**
(horário de Mato Grosso do Sul)

MANHÃ

GRADUAÇÃO

Duração da prova: **4h**

Cód: **2008 a 2061**

Cargo:

Direito

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões, b) um cartão-resposta e c) uma folha de redação.
3. Ao receber autorização, verifique se, no caderno, constam todas as **40 (quarenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvidas. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	<input checked="" type="checkbox"/>	C	D	E
---	-------------------------------------	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os celulares e/ou qualquer aparelho eletrônico deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

01. Um usuário do sistema operacional Windows 11 se ausentará por alguns minutos e deseja bloquear o computador durante o período. Qual atalho realiza esse bloqueio?

- A) Del.
- B) Alt + F.
- C) Ctrl + C.
- D) Shift + tab.
- E) Tecla do logotipo Windows + L.

02. Qual dos itens a seguir é um sistema operacional?

- A) MS Word.
- B) MS Excel.
- C) MS PowerPoint.
- D) MS Windows 11.
- E) Winzip.

03. Qual dos comandos a seguir pode ser utilizado para copiar um arquivo?

- A) Ctrl + A.
- B) Ctrl + B.
- C) Ctrl + C.
- D) Ctrl + D.
- E) Ctrl + P.

04. Qual dos aplicativos a seguir uma ferramenta de segurança do sistema operacional Windows?

- A) Copilot.
- B) MS Edge.
- C) MS OneDrive.
- D) MS Teams.
- E) Windows Defender.

05. Helena é estagiária do MP, não fez nenhuma compra e recebeu a seguinte mensagem do seguinte remetente aviso905175@correios.org, em seu e-mail institucional:



O que Helena deve fazer após o recebimento?

- A) Apagar imediatamente o e-mail.
- B) Avisar a equipe de TI para que possa bloquear todos os e-mails recebidos do provedor correios.com.br.
- C) Clicar em "Acompanhar Encomenda", para entender sobre o que se refere.
- D) Acessar o site do correio e tentar localizar o pedido.
- E) Pagar os tributos solicitados até 11/12/2024..

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DIREITO

06. O Brasil é uma República Federativa, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal; constitui-se em:

- A) República Parlamentarista.
- B) República Oligárquica.
- C) Estado Democrático de Direito.
- D) Monarquia Constitucional.
- E) Estado Absolutista.

07. A frase "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" refere-se ao:

- A) Princípio da Legalidade.
- B) Princípio da Moralidade.
- C) Princípio da Igualdade.
- D) Princípio do Contraditório.
- E) Princípio da Livre Manifestação do Pensamento.

08. O mandado de segurança é cabível em qual das situações seguintes?

- A) Para questionar a prisão ilegal de uma pessoa, garantindo sua liberdade imediata.
- B) Para obter informações pessoais mantidas por órgãos públicos em banco de dados
- C) Para contestar a edição de uma lei que ainda não entrou em vigor.
- D) Para assegurar direitos difusos, como a preservação do meio ambiente
- E) Para proteger um direito líquido e certo contra ato ilegal praticado por uma autoridade pública.

09. Qual alternativa não se refere a um direito social previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988?

- A) Saúde.
- B) Educação.
- C) Moradia.
- D) Propriedade.
- E) Previdência social.

10. O ordenamento jurídico brasileiro permite penas de:

- A) Morte.
- B) Prisão.
- C) Caráter forçado.
- D) Banimento.
- E) Caráter perpétuo.

11. Quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, diz-se que o crime é:

- A) culposo.
- B) impossível.
- C) inexistente.
- D) doloso.
- E) putativo.

12. O que caracteriza um crime consumado?

- A) Quando o agente inicia a execução do crime, mas não consegue completá-lo.
- B) Quando o agente usa objeto impossível de atingir o resultado pretendido.
- C) Quando o agente atinge todos os elementos do tipo penal e causa o resultado pretendido.
- D) Quando o agente apenas tenta cometer o crime, mas não produz o resultado.
- E) Quando o crime é cometido sem a intenção de causar o resultado.

13. No caso de crime praticado em estado de necessidade:

- A) há a excludente de ilicitude.
- B) a pena é reduzida pela metade.
- C) a pena é agravada pela circunstância.
- D) sempre será um crime culposo.
- E) significa que a pessoa não praticou fato descrito como crime.

14. De acordo com o Código Penal Brasileiro, são penalmente inimputáveis:

- A) aqueles que praticam o crime sob paixão ou forte emoção.
- B) aqueles que praticam o crime sob embriaguez.
- C) aqueles que praticam o crime após o consumo voluntário de entorpecentes.
- D) aqueles que possuem perturbação mental leve, capazes de compreender a ilicitude dos seus atos.
- E) os menores de 18 anos.

15. As penas privativas de liberdade são:

- A) Reclusão e Multa.
- B) Reclusão e Detenção.
- C) Detenção e Limitação de fim de semana.
- D) Detenção e Interdição temporária de direitos.
- E) Reclusão e Prestação de serviços à comunidade.

16. Nos crimes de ação privada, qual é o documento necessário para a instauração do inquérito policial?

- A) Queixa-crime.
- B) Decisão de ofício da autoridade policial.
- C) Requerimento do ofendido
- D) Auto de prisão em flagrante
- E) Requisição do Ministério Público.

17. Sobre o prazo de conclusão do inquérito policial, é correto afirmar que, em caso de indiciado preso em flagrante:

- A) o prazo para conclusão do inquérito será de 10 dias, contados a partir do dia em que se consumar a prisão, podendo ser prorrogado mediante autorização judicial.
- B) o prazo para conclusão do inquérito será de 30 dias, prorrogável por decisão judicial.
- C) o prazo para conclusão do inquérito será de 15 dias, prorrogável uma vez por igual período com autorização judicial.
- D) o prazo para conclusão do inquérito será de 15 dias, vedada a prorrogação de ofício.
- E) o prazo para conclusão do inquérito será de 10 dias, sem possibilidade de prorrogação.

18. O Ministério Público pode iniciar a ação penal sem necessidade de autorização ou manifestação de vontade do ofendido, quando se tratar de:

- A) Ação Penal Pública Condicionada.
- B) Ação Penal Privada Personalíssima.
- C) Ação Penal Privada Exclusiva.
- D) Ação Penal Pública Incondicionada.
- E) Ação Penal Privada Incondicionada.

19. O Acordo de Não Persecução Penal, previsto no art. 28-A do CPP, pode ser celebrado quando houver, dentre outros, qual dos requisitos seguintes?

- A) Quando o crime for praticado com violência ou grave ameaça.
- B) Quando se tratar de crime hediondo.
- C) Quando a pena mínima cominada ao crime for superior a 4 anos.
- D) Quando houver condenação criminal anterior por crime doloso.
- E) Quando o investigado confessar formalmente a prática do delito.

20. No processo penal, em relação às provas, é correto afirmar que:

- A) a prova da alegação cabe sempre ao juiz que conduz o processo.
- B) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial.
- C) as provas ilícitas podem ser admitidas no processo.
- D) as provas devem sempre ser produzidas pelo Ministério Público.
- E) as provas ilícitas são admissíveis no processo quando produzidas para beneficiar o acusado.

21. Qual o prazo máximo para realização da audiência de custódia, após o juiz receber o auto de prisão em flagrante?

- A) 24 horas.
- B) 48 horas.
- C) 72 horas.
- D) 5 dias.
- E) 10 dias.

22. A prisão domiciliar não deve ser concedida:

- A) a gestante.
- B) a pessoa com mais de 80 anos.
- C) quando representar um risco grave, como facilitar a prática de novos crimes.
- D) a pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave.
- E) a mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

23. No processo penal, o procedimento sumaríssimo é cabível:

- A) a todos os tipos de crime.
- B) somente aos crimes dolosos.
- C) a todos os crimes puníveis com pena privativa de liberdade.
- D) aos crimes do Tribunal do Júri.
- E) às infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

24. De acordo com o Código de Processo Penal, nos procedimentos ordinário e sumário, após receber a citação, qual é o prazo para o acusado responder à acusação por escrito?

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 30 dias.
- E) 45 dias.

25. Dentre as alternativas que seguem, quais crimes são de competência do Tribunal do Júri?

- A) Os crimes culposos em geral.
- B) Os crimes de trânsito.
- C) Os crimes de intolerância religiosa.
- D) Os crimes dolosos contra a vida.
- E) Os crimes contra o patrimônio.

26. Leia as alternativas e, com base no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os maiores de 16 (dezesesseis) anos.
- C) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos.
- D) A existência da pessoa natural termina com a emancipação voluntária.
- E) Não há previsão legal para a morte presumida.

27. Dentre as alternativas seguintes, qual se refere a pessoa jurídica de direito público?

- A) Partido político.
- B) Associação.
- C) Autarquia.
- D) Sociedade.
- E) Organização religiosa.

28. Entre os princípios fundamentais da Administração Pública, está o da Eficiência. Esse princípio determina que:

- A) os servidores públicos devem cumprir a lei em todas as suas ações.
- B) a atuação pública deve buscar a melhor utilização dos recursos, com rapidez e qualidade nos serviços prestados à população.
- C) as decisões administrativas devem ser tomadas de forma imparcial e justa.
- D) a Administração Pública deve divulgar seus atos de forma transparente.
- E) os atos administrativos devem estar em consonância com a ética e a moral.

29. Qual alternativa se refere a um atributo do ato administrativo?

- A) Discricionariedade.
- B) Competência.
- C) Publicidade.
- D) Vinculação.
- E) Tipicidade.

30. Qual alternativa NÃO se refere a uma entidade da administração indireta?

- A) Sociedade de Economia Mista.
- B) Autarquia.
- C) Fundação Pública.
- D) Empresa Pública.
- E) Secretaria Estadual.

31. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- A) o processo começa por vontade do juiz.
- B) não existe arbitragem no direito brasileiro.
- C) a conciliação não deve ser estimulada pelo juiz.
- D) as partes no processo devem se comportar de acordo com a boa-fé.
- E) os julgamentos dos processos devem ser res- tritos e sigilosos.

32. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- A) as normas processuais brasileiras podem retroagir e alterar atos processuais já concluídos.
- B) tratados internacionais assinados pelo Brasil não influenciam a jurisdição civil.
- C) na ausência de normas específicas para processos eleitorais, aplicam-se, subsidiariamente as disposições do Código de Processo Civil.

- D) o Código de Processo Civil não é aplicável aos processos administrativos em nenhuma circunstância.
- E) a norma processual brasileira não se aplica imediatamente aos processos em curso.
33. No território nacional, a Jurisdição civil é exercida:
- A) pelos juízes e pelos tribunais.
- B) pelos promotores de justiça e pelos tribunais.
- C) pelos promotores de justiça e defensores públicos.
- D) pelas partes e pelo juiz da causa.
- E) pelos promotores e procuradores de justiça.
34. Quais são os princípios institucionais do Ministério Público previstos no § 1º do art. 1º, da Lei Orgânica do MP/MS?
- A) Legalidade, moralidade e impessoalidade.
- B) Unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- C) Eficiência, economicidade e autonomia administrativa.
- D) Ordem jurídica, regime democrático e interesses sociais.
- E) Razoabilidade, independência e autonomia financeira.
35. Quem exerce o controle interno (fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial) do Ministério Público de Mato Grosso do Sul?
- A) A Secretaria-Geral, a Secretaria de Finanças da Procuradoria-Geral de Justiça e a auditoria interna.
- B) Apenas o Poder Legislativo.
- C) Somente a auditoria interna, composta por servidores terceirizados.
- D) Apenas o Colégio de Procuradores de Justiça.
- E) Exclusivamente a Secretaria-Geral do Ministério Público.
36. De acordo com a Lei Orgânica do MP/MS, quem dirige a Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de Administração Superior do Ministério Público?
- A) O Colégio de Procuradores de Justiça
- B) O Conselho Nacional do Ministério Público
- C) O Corregedor-Geral do Ministério Público
- D) O Procurador-Geral de Justiça
- E) O Conselho Superior do Ministério Público
37. Em relação ao estágio é correto afirmar que:
- A) O controle de frequência ao estágio não é obrigatório.
- B) Não é permitida a participação de estagiários em seminários e eventos promovidos pelo MPMS.
- C) O estagiário terá o seu desempenho avaliado durante o período do estágio.
- D) O estagiário não tem direito ao recebimento da bolsa-auxílio durante o período de recesso.
- E) O termo de compromisso de estágio terá vigência pelo período de até quatro anos.
38. É vedado ao estagiário:
- A) utilizar distintivos, insígnias ou vestes talares privativas dos membros do MPMS.
- B) usar o crachá de identificação nas dependências do órgão de lotação.
- C) cumprir integralmente as horas de efetivo estágio.
- D) manter sigilo sobre quaisquer fatos de que tenha conhecimento em razão da atividade de estágio.
- E) atuar com presteza e tratar com urbanidade os membros do Ministério Público e o público em geral.
39. De acordo com a Lei Orgânica do MP/MS, qual das alternativas a seguir apresenta uma característica das Promotorias de Justiça?
- A) São órgãos de administração do Poder Judiciário.
- B) Possuem, no mínimo, um cargo de Promotor de Justiça.
- C) Não possuem serviços auxiliares.
- D) Têm funções exclusivamente relacionadas ao Poder Executivo.
- E) São compostas apenas por servidores terceirizados e estagiários.
40. De acordo com a Lei Orgânica do MP/MS, a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul é o órgão responsável pelo(a):
- A) apuração de infrações funcionais dos servidores.
- B) controle funcional dos promotores de justiça e servidores auxiliares.
- C) realização dos concursos públicos do Ministério Público.
- D) contratação dos estagiários para atuar no Ministério Público.
- E) aperfeiçoamento cultural e profissional dos membros do Ministério Público e de seus servidores.

Proposta 1: Acesso à educação para pessoas com deficiência no Brasil: avanços e desafios

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema proposto, apresentando uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto I

“A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece que a educação é direito das pessoas com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Esse direito abrange o acesso, a permanência e a aprendizagem ao longo da vida, garantindo o desenvolvimento pleno de suas habilidades. No entanto, desafios persistem: barreiras físicas, tecnológicas e atitudinais ainda dificultam a inclusão efetiva. Além disso, as práticas pedagógicas muitas vezes não se adaptam às necessidades desses estudantes, o que exige capacitação contínua dos educadores e investimentos em infraestrutura.”

Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/6335>. Acesso em: 30 nov. 2024. (adaptado)

Texto II

“Com a Declaração de Salamanca, reafirmou-se a necessidade de educação inclusiva como direito universal. O documento exige que as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.”

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dSM/>. Acesso em: 30 nov. 2024. (adaptado)

Texto III

“Embora a legislação brasileira avance, a aplicação prática ainda esbarra na precariedade estrutural das escolas, na falta de formação de professores para lidar com as necessidades especiais e na resistência de parte da sociedade. Educação inclusiva exige mudança cultural e comprometimento político.”

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xWsvFBYfWJSFgMFG7xsCtsq/>. Acesso em: 30 nov. 2024. (adaptado)

